

Parte I

INTRODUÇÃO

Grandes Opções do Plano



Chamusca

X
X

O Orçamento Municipal é constituído pelo conjunto de documentos que quantificam e que caracterizam os recursos financeiros disponíveis, bem como a estratégia para a sua aplicação. Ao abrigo do n.º 1 do artigo 46º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, “O orçamento municipal inclui, nomeadamente, os seguintes elementos:

- 1 Relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes;
- 2 Mapa de resumo das receitas e despesas da autarquia local (...);
- 3 Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica (...);
- 4 Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental.”.

O presente relatório visa não só apresentar e fundamentar a política orçamental proposta, consubstanciando as normas legais, mas também expor os pontos fortes e as fragilidades de um orçamento que, pela atual conjuntura nacional, compromete seriamente a autonomia do poder local. Assim, pretende-se que este relatório seja não apenas uma análise, *per si*, das políticas inerentes à elaboração do orçamento, mas também um documento de suporte, que possa resumir o que esteve na sua base e de que forma foi concretizado.

1. Enquadramento

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, regulamenta que os documentos previsionais se consubstanciem nas Grandes Opções e no Orçamento.

As Grandes Opções do Plano, onde se incluem as Atividades Mais Relevantes e o Plano Plurianual de Investimento, é o documento onde se destacam os projetos que melhor irão refletir a atividade municipal, para além da sua atividade corrente.

Segundo o disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Opções do Plano e a proposta do Orçamento, para que esta a aprove nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 25º do referido diploma.

2. Orçamento Municipal 2015 – Enquadramento

Para poder compreender o Orçamento Municipal 2015, é fundamental analisar a evolução que a receita e despesa têm vindo a sofrer nos últimos anos.

	Receitas			Despesas		
	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total
Ano 2012	9.751.109	12.881.678	22.632.787	9.751.109	12.881.678	22.632.787
Ano 2013	8.861.005	9.129.145	17.990.150	8.861.005	9.129.145	17.990.150
Ano 2014	8.864.271	1.100.663	9.964.934	7.251.194	2.713.740	9.964.934
Ano 2015	8.900.129	1.086.717	9.986.846	7.422.285	2.564.561	9.986.846

QUADRO 1 – Evolução dos Orçamentos Municipais de Receita e Despesa 2012-2015

É por demais evidente que a capacidade de investimento de capital foi progressiva e dramaticamente suprimida, de tal forma que, quer no orçamento de 2014, quer no orçamento de 2015, foram necessárias receitas correntes para colmatar o decréscimo avultado de receitas de capital. Importa ressaltar também a fase embrionária das candidaturas aos fundos comunitários que, não estando em fase produtiva, não se podem refletir neste orçamento. Ademais, os mais recentes pressupostos legais, vieram regulamentar que os cálculos das receitas devem assentar invariavelmente em médias aritméticas dos três últimos exercícios (36 meses), erradicando a possibilidade de se empolarem orçamentos pela sobrevalorização das receitas provenientes, principalmente, das vendas de bens imóveis que não seriam previsivelmente concretizáveis.

No gráfico I, pode-se observar o resumo do Orçamento Municipal de 2015, onde se percebe claramente que, face às receitas, o valor de despesa de capital consumiu uma parte dos custos correntes.

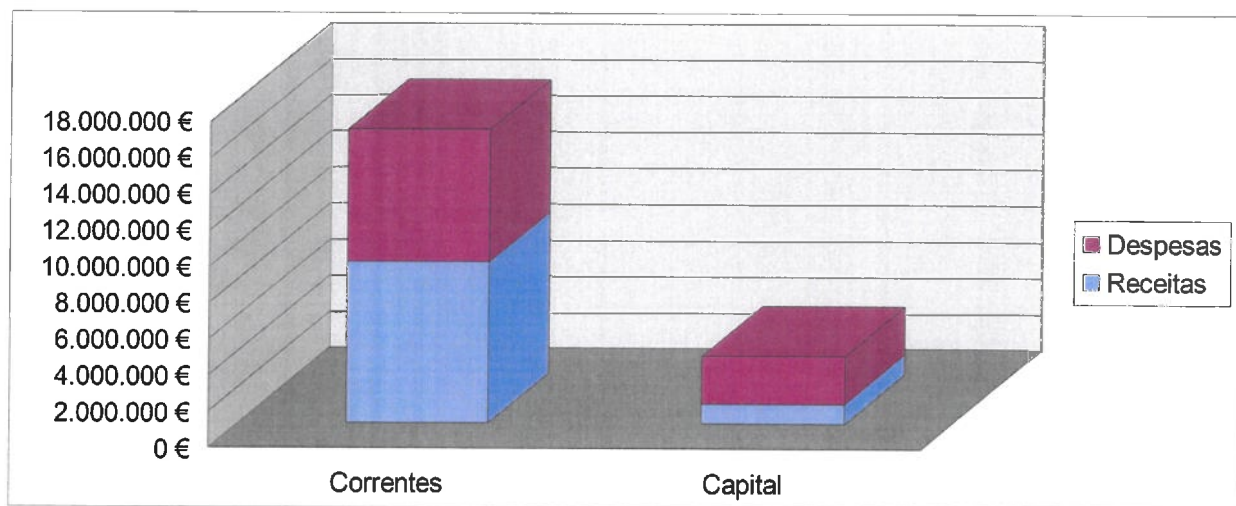


Gráfico I – Resumo do Orçamento 2015

De facto, para além do valor de **receitas de capital** ser, à partida, manifestamente reduzido para definir um plano estratégico de investimento para o concelho, existem também ativos e passivos financeiros, bem como contratos-programa e protocolos com IPSS's que consomem grande parte do valor em capital, comprometendo seriamente o investimento.

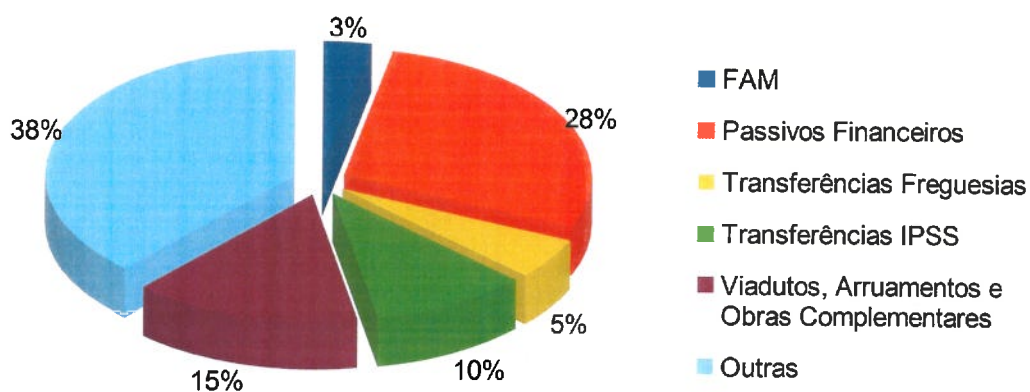


Gráfico II – Distribuição das principais despesas de capital

No gráfico II, está ilustrada a distribuição da despesa de capital por áreas mais expressivas. Claramente, os passivos financeiros continuam a representar uma percentagem muito expressiva das despesas de capital (€751.289).

Voltando um pouco à análise anterior, concluímos que só estes passivos consomem logo o correspondente a perto de 28% da receita de capital. No entanto, considerando também a contribuição para o famigerado Fundo de Apoio Municipal, as transferências para as Freguesias e as transferências para as IPSS's, já se teria ultrapassado em 15,5% o valor das receitas de capital em despesas na mesma natureza. Contudo, conforme já referido anteriormente, uma parte das receitas destinadas aos custos correntes foi considerada para despesas de capital, sob pena de se comprometer na totalidade qualquer investimento. Ora, é visível no gráfico que figura supra, que 15% do valor das despesas de capital serão destinadas a viadutos, arruamentos e obras complementares. É por demais evidente que a rede viária do concelho está muito degradada e a necessitar urgentemente de ser intervencionada. Não obstante o facto do valor em orçamento ser manifestamente insuficiente para levar a cabo as intervenções necessárias, serão intervencionados alguns dos troços mais críticos, representando €390.055 de capital a investir.

Relativamente às **despesas correntes**, o cenário não diverge das despesas de capital na medida em que, para além das despesas inerentes ao funcionamento corrente, a margem de valor remanescente para fazer face a eventuais atividades mais relevantes (AMR) é manifestamente reduzido, como ilustra o gráfico III.

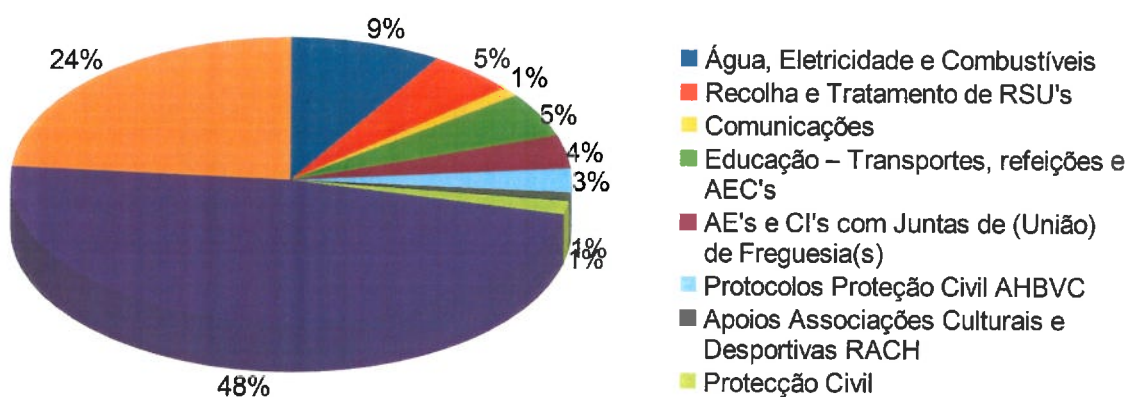


Gráfico III – Distribuição das principais despesas correntes

Posto o enquadramento do Orçamento Municipal para 2015, são evidentes os constrangimentos que se afiguram pela redução sistemática das transferências do Estado, para além das obrigações para os anos seguintes, nomeadamente o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

3. Principais Opções Estratégicas

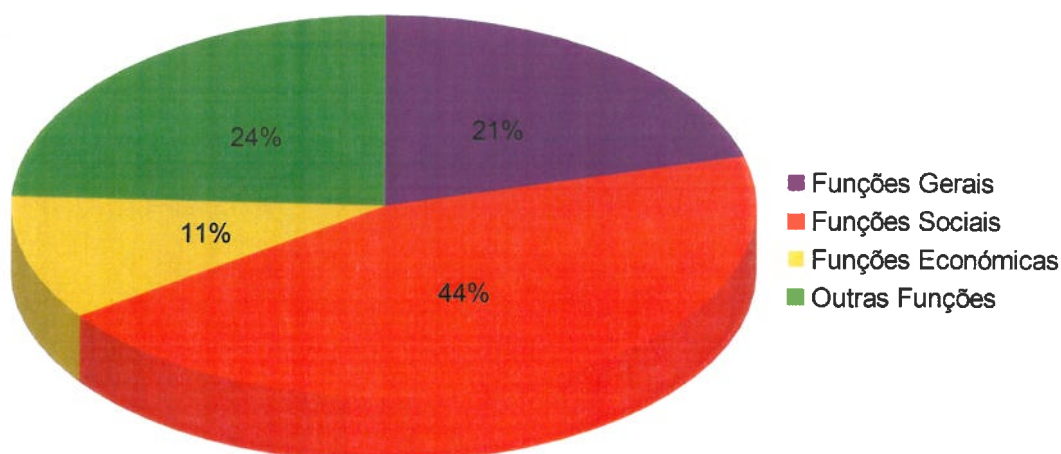


Gráfico IV – Distribuição das GOP's por Função Económica

3.1. Funções gerais

A modernização administrativa dos serviços aliada a uma reestruturação dos mesmos, será sempre feita de forma a poder melhor servir os utilizadores dos mesmos, quer a nível do funcionamento interno, quer da resposta dos serviços ao atendimento ao cidadão e munícipe. Esta modernização passará não somente pela conservação e manutenção dos edifícios públicos, como pela aquisição de equipamento informático e de software dedicado, na ótica do profissional. Estão contemplados os projetos de candidatura ao novo quadro comunitário, nomeadamente nas áreas de eficiência energética para os edifícios públicos.

Na área da Proteção Civil, as políticas de segurança de pessoas e bens serão uma das prioridades do executivo, realçando a elaboração e aprovação do Plano Municipal de Emergência e a manutenção do Comando Operacional Municipal. Será mantido o apoio aos Bombeiros Voluntários Chamusquenses e será garantida a continuidade da EIP e das equipas no DECIF por transferências financeiras. As freguesias mais distantes da sede de concelho serão dotadas de equipamentos geradores de energia para casos de emergência.

As intervenções no âmbito da proteção civil na via pública, assentam numa política de proteção de pessoas e bens, estando aqui inseridas as que respeitam a taludes que se encontram em risco de derrocada, e em garantir a limpeza de bermas e terrenos municipais, valas e linhas de água nos perímetros urbanos.

3.2. Funções Sociais

As funções sociais representam claramente a área com mais protagonismo nas Grandes Opções do Plano. Nelas se refletem as opções estratégicas em áreas como a educação, o acompanhamento dos seniores, as habitações sociais, o apoio a estratos sociais desfavorecidos, o desporto, a cultura ou a saúde, num montante de €2.194.390.

Na educação, a reestruturação da Rede Escolar trouxe novas necessidades de adaptação quer dos transportes escolares, quer das condições das próprias escolas de acolhimento dos alunos provenientes das escolas encerradas pela Direção Geral dos Estabelecimentos de Ensino. Assim, para além de figurarem nas Grandes Opções do Plano de 2015 os protocolos quer com associações, quer com juntas (de união) de freguesia(s) para transporte escolar, figuram também as requalificações de alguns estabelecimentos de ensino, dando continuidade ao investimento que iniciou em 2014. Com a escola EB1 Chamusca a acolher agora os alunos do Pinheiro Grande, torna-se inevitável repensar no paradigma de um Centro Escolar, para 1º Ciclo do Ensino Básico, com a eventual reconversão da EB1 Chamusca, num edifício com as condições ideais para acolher um maior número de alunos. Neste sentido, foi contemplada nas GOP uma dotação para que se inicie o projeto do Centro Escolar.

Ainda na área da educação, o executivo considera fundamental reforçar o apoio das atividades de enriquecimento pedagógico-didático, consubstanciando esse apoio nas atividades extra-curriculares, passando também pelo prolongamento de horário (abrangendo também, claramente, a componente de apoio à família) e pela aquisição de materiais didáticos para as EB1's e JI's.

Relativamente ao apoio e acompanhamento dos seniores, a parceria com as IPSS's do concelho far-se-á, na continuidade, o apoio à melhoria da capacidade de resposta às necessidades do concelho, apoiando na construção de lares de idosos.

Também o Apoio a Extratos Sociais Desfavorecidos tem uma forte componente social, não só no apoio aos mais necessitados a nível da manutenção, adaptações de acessibilidades e melhoria das condições de habitabilidade das suas habitações, como a nível do apoio à ação social escolar.

A manutenção das habitações municipais de cariz social será também ela contemplada com uma forte dotação, principalmente nas habitações que se encontram em mais avançado estado de degradação, dando assim melhores condições de vida e salubridade aos inquilinos do município.

Em relação ao ordenamento do território, e em fase de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), serão desenvolvidos os procedimentos de ordenamento e regulamentação das zonas industriais, e será feito, para além do diagnóstico e propostas de intervenção nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), o planeamento e a integração das mesmas no PDM, incluindo as Áreas de Vocação Turística do concelho.

Neste planeamento é essencial a inclusão da manutenção e requalificação das valas e ribeiros do concelho, numa perspetiva de integração da rede de saneamento.

Outra das áreas de grande peso orçamental é a gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), nas suas diversas vertentes, desde a deposição, higienização, recolha e tratamento, ascendendo a €415.000 para o ano de 2015. A área da Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza, incide sobretudo na sensibilização ambiental, mas com uma forte componente de monitorização, não somente às linhas de água circundantes ao eco-parque do Relvão, como também à qualidade do ar, numa perspetiva de crescimento sustentável e com a minimização de impactes negativos para o concelho. Ainda nesta rubrica estão contemplados os apoios à ampliação dos cemitérios de Vale de Cavalos e Semideiro.

A cultura é entendida como um eixo essencial para o desenvolvimento de uma comunidade. O apoio às associações culturais do concelho é feito quer a nível de transferências financeiras, quer a nível de apoio logístico. A biblioteca municipal deve ser entendida não como um espaço físico de depósito de livros, mas como uma secção dinâmica que leva a cultura aos munícipes, pelo que foi criado o projeto da biblioteca itinerante. Como não poderia deixar de ser, os eventos temáticos que mais marcam o concelho, foram classificados de forma a dar o apoio quer a nível de bens, quer a nível de serviços de uma forma partilhada e integrada com as prioridades de cada uma das juntas de (união de) freguesia(s), e a semana da Ascensão, enquanto atividade de promoção local sobretudo a dois níveis: mostra de comércio, indústria e serviços, e promoção das tradições culturais e artísticas, atividades desportivas e patrimoniais do concelho, elevando a festa brava e o toiro como agente cultural e económico concelhio.

No desporto, recreio e lazer, há que salientar a manutenção do Campo Municipal, o estado de desgaste das infraestruturas da Piscina Municipal, e das manutenções que são imprescindíveis ao seu funcionamento, e as manutenções e requalificações dos polidesportivos do concelho, com destaque aos enumerados nas GOP, assim como dos parques infantis.

A nível de projetos, de salientar a proposta de criação do Centro de BTT do Arripiado, zona de excelência para a prática desta modalidade, com a dinamização de infraestruturas devolutas (antigo jardim de infância), o campo de férias concelhio, o campo de férias para a juventude e as atividades para a promoção de vida saudável para jovens e idosos.

3.3. Funções económicas

No âmbito da agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, destacam-se os acessos e mobilidade dos agentes económicos do concelho para a prossecução das suas atividades, onde estão incluídas a manutenção e conservação de caminhos rurais e florestais municipais.

Os transportes fluviais, aéreos e rodoviários foram contemplados nesta função de forma a garantir a segurança na circulação dos vários meios, sendo que os rodoviários têm um peso financeiro acrescido pela extensão e especificidades do território, nomeadamente o aumento do trânsito de pesados nas estradas municipais. A manutenção e requalificação destas vias de comunicação são essenciais para a dinamização das zonas industriais do concelho.

A nível de segurança e ordenamento da circulação do trânsito nos centros urbanos, será feito este reordenamento de forma a incluir redutores de velocidade.

Em relação aos mercados e feiras, está planeada a dinamização do mercado municipal da Chamusca, assim como das feiras do concelho, dando destaque ao primeiro em duas vertentes: a vertente da dinamização dos circuitos de distribuição e comercialização local e regional e a vertente cultural enquanto espaço multiusos.

Na área do turismo, além da promoção do Toiro, do Fado e do Tejo, enquanto ícones do concelho, o projeto âncora a nível turístico está a ser criado com base no investimento já feito a nível de infraestruturas que terão de ser adaptadas para as mais diversas atividades turísticas, sempre com o fio condutor da cultura, lazer e tempos livres, em que na linha do Tejo, com a dinamização e manutenção dos portos do Tejo, a aldeia do Arripiado, com todo o potencial e mais valias já existentes, terá forçosamente de criar as dinâmicas locais de oferta ao visitante, promovendo assim um local de excelência que se poderá tornar um ex-libris do turismo regional, como produto turístico de excelência.

3.4. Outras Funções

Neste capítulo refletem-se as operações de dívida autárquica, nomeadamente os passivos financeiros de empréstimos de médio e longo prazo, o que se traduz em €751.288 para o ano de 2015.

Há que referir o pagamento integral antecipado de dois empréstimos de médio longo prazo no ano de 2014, nomeadamente o empréstimo da Estrada do Interior, reduzindo assim significativamente os valores de juros a pagar nos anos seguintes, numa perspetiva de rentabilização financeira para ações de investimento no concelho.

	Capital em Dívida em 31/12		
	2012	2013	2014
Emp. 0246/000011/887/0019	145.478,85		
Emp. 0246/000721691	413.392,38		
Emp. 9015/006325/291 (PREDE)	446.829,98	132.793,03	
Emp. DGTF (PREDE)	1.000.000,00	1.000.000,00	900.000,00
Emp. DGTF (PAEL - Programa II)		3.859.018,08	3.583.373,93
Emp. 0246/000698891	1.613,91		
Emp. 0246/000709791	19.976,72	15.051,00	
Emp. 9015/006925/091	195.829,39	184.043,33	
	2.223.121,23	5.190.905,44	4.483.373,93

Quadro 2 – Evolução da dívida autárquica anos de 2012 a 2014

Neste sentido, perspectiva-se que para o ano de 2015 os compromissos bancários de médio e longo prazo se cinjam ao PAEL e ao PREDE, como descrito no quadro 3, salvo a abertura das candidaturas do quadro comunitário 2014-2020, que por força maior assim o exijam, ou que a conjuntura assim o permita.

	Capital			Encargos previstos para o ano 2015		
	Contratado	Utilizado em 31-10-2014	Dívida em 31-12-2014	Amortização	Juros	Total
Emp. DGTF (PREDE)	1.000.000,00	1.000.000,00	800.000,00	200.000,00	12.750,00	212.750,00
Emp. DGTF (PAEL)	4.323.838,63	4.323.830,17	3.307.729,78	551.288,30	60.242,91	611.531,21
	5.323.830,17	4.107.729,78	751.288,30	72.992,91	824.281,21	

Quadro 3 – Encargos previstos para o ano de 2015

No que respeita às transferências entre administrações, estas refletem as cotizações da ANMP, da comunidade intermunicipal e das entidades participadas, associações e sociedades.

Designação	NIF da entidade	Tipo entidade/input	Forma jurídica	% de participação	Valor da participação
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Não Societária	Outro Não Societária	0,00%	-
AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.	508346464	Societária	Empresa Municipal	8,15%	659.907,00
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT)	508787033	Não Societária	Associação de Municípios de Fins Múltiplos	0,00%	-
Ecodeal - Gestão Integral de Resíduos Industriais, S.A.	506654791	Societária	Outro Societária	2,50%	62.490,00
LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	509226426	Societária	Entidade Empresarial Municipal (até L50/2012)	10,21%	47.279,00
PARQUE ALMOUROL - Promoção e Desenvolvimento Turístico, Ld.ª	505154919	Societária	Outro Societária	16,00%	34.000,00
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo	503914096	Não Societária	Outro Não Societária	0,00%	-
RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos	504876864	Não Societária	Outro Não Societária	0,00%	-
SISAV - Sistema Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos, SA	507461150	Societária	Outro Societária	2,50%	62.500,00
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	503956638	Societária	Outro Societária	0,05%	6.730,00

Quadro 4 – Entidades participadas

Com o enquadramento legal da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e com a transferência de competências próprias dos municípios para as freguesias, foram celebrados acordos de execução para as seguintes competências:

1. Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
2. Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
3. Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
4. Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
5. Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior.

Foram ainda celebrados contratos interadministrativos, de forma a dotar as freguesias de recursos financeiros para que tenham autonomia financeira para desenvolver projetos de cariz social, cultural e humano, numa perspetiva de proximidade ao munícipe, em substituição e complementaridade às competências do município.

4. Portugal 2020 – os eixos estratégicos para o concelho

Portugal 2020 é o acordo de parceria celebrado entre Portugal e a Comissão Europeia, que congrega a atuação dos 5 fundos estruturais e de investimento Europeus (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP) no qual estão definidos os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial a promover, em Portugal, no período entre 2014 e 2020.

Estes princípios de programação têm por premissa o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, em alinhamento com a Estratégia Europa 2020. Na prossecução desta premissa, foram definidos alguns objetivos das políticas a seguir por forma a estimular o crescimento:

- Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis;
- Incremento das exportações;
- Transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo;
- Cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos;
- Redução dos níveis de abandono escolar precoce;
- Integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social;
- Promoção do desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos;
- Reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade;
- Racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública.

Assim, foram criados 4 eixos estratégicos de intervenção ao abrigo do Portugal 2020:

- Competitividade e Internacionalização;
- Inclusão Social e Emprego;
- Capital Humano;
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

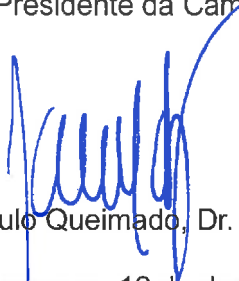
Assente nas linhas orientadoras já conhecidas do Portugal 2020, o Orçamento Municipal para 2015 contempla já diversas dotações para que se desenvolvam projetos que possam ser candidatados ao quarto eixo, muito particularmente visando a eficiência energética. A sustentabilidade e eficiência do uso dos recursos é cada vez mais uma necessidade, não só

por uma questão de consciência ambiental, mas também por uma questão de gestão responsável que representará reduções na despesa corrente a curto/médio prazo. Neste sentido, podemos encontrar no Orçamento Municipal para 2015 a referência a projetos no âmbito da eficiência energética em diversas áreas, nomeadamente direccionados para os edifícios e viaturas de administração geral municipais, para os edifícios escolares e para infraestruturas desportivas. No âmbito da inclusão social, também refletido nas GOP's, está o projeto de turismo acessível para pessoas com mobilidade reduzida.

As pretensões de candidatura não se esgotam no espelhado nas GOP's, posto que já foram também firmados acordos de parceria com entidades de formação para trabalhar o eixo que assenta na valorização do capital humano.

Numa fase ainda muito prematura em que ainda não se conhecem os contornos das candidaturas aos fundos comunitários por intermédio do acordo de parceria Portugal 2020 para as autarquias locais, estas serão, essencialmente, as linhas orientadoras para 2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Chamusca



Paulo Queimado, Dr.

Chamusca, 12 de dezembro de 2014